

# AMAZÔNIA MERIDIONAL: RELAÇÕES SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE. IMPACTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS E AMBIENTAIS

**SOUTHERN AMAZONIA: SOCIETY  
AND ENVIRONMENT RELATIONS.  
ECONOMIC, SOCIAL AND  
ENVIRONMENTAL IMPACTS**

**Edison Antônio de Souza<sup>1</sup>**

Endereço: Universidade do Estado de Mato Grosso, Av. dos  
Ingas, 3001 - Jardim Imperial, Sinop - MT, 78555-000.  
E-mail: edison.unemat@gmail.com

**Resumo:** O objetivo do texto é discutir as relações sociedade e meio ambiente a partir do avanço do agronegócio na Amazônia Meridional e seus impactos econômicos, sociais e ambientais. Problematizar os conflitos, desafios e projetos em disputa no contexto das políticas públicas de expansão da fronteira capitalista contemporânea. Esta temática é atual, tendo em vista que as mudanças e decisões políticas em nível nacional têm se intensificado, através de grandes projetos governamentais no sentido de reocupação da Amazônia.

**Palavras-chave:** Amazônia Meridional, fronteira, sociedade e meio ambiente.

**Abstract:** The objective of the text is to discuss the relationship between society and the environment from the advance of agribusiness in Southern Amazonia and its economic, social and environmental impacts. To problematize the conflicts, challenges and projects in dispute in the context of the public policies of expansion of the contemporary capitalist frontier. This theme is current, considering that the political changes and decisions at the national level have intensified, through large government projects of reoccupation of the Amazon.

**Keywords:** Southern Amazon, frontier, society and environment.

---

<sup>1</sup> Doutor em História Social (UFF). Docente da UNEMAT, Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus de Sinop/MT. Pesquisador do NERU: Núcleo de Estudo Rural e Urbano. UFMT/CNPq. Membro da Rede Agrocultures. Research Network Agrocultures <https://www.agrocultures.org>.

## Introdução

O presente artigo é produto das nossas pesquisas acerca da realidade norte mato-grossense e do Sul do Pará. O recorte espacial destas reflexões apresentadas neste texto encontra-se em um esforço intelectual de contribuir para a compreensão e transformação de um 'status quo' por meio do pensamento crítico. A nossa argumentação estrutura-se a partir das questões a serem abordadas à luz da História social e econômica que me proponho a fazer. Optei por discutir questões que envolvem a relação sociedade-natureza, categorias de análise, que funcionam como referências na elaboração de meu estudo sobre permanências, transformações e rupturas no desenrolar da modernização da chamada Amazônia Meridional, tais como: Estado, políticas públicas e sociedade civil no contexto de avanço do capitalismo na fronteira. Em se tratando de região amazônica, sobressaem os dilemas e conflitos que se definem no entorno da ideia de um desenvolvimento (in)sustentável sob o ponto de vista, socioambiental, tendo nesse caso, a posse e o uso da terra como principal fator determinante. Compreende-se por Amazônia Meridional, as áreas localizadas na região limítrofe entre o Sul do Estado do Amazonas, Norte de Mato Grosso, Rondônia e Sul do Pará (MMA). Uma região também conhecida como 'arco do desmatamento', por conta do avanço deste que ocorre no sentido norte do Brasil. O desmatamento, as queimadas, a garimpagem, a agropecuária, a grilagem de terras públicas e a biopirataria representam os principais problemas ambientais enfrentados pelo bioma amazônico. O conjunto formado por essas ações devastadoras também é responsável (no caso brasileiro) por graves mudanças climáticas em todo o planeta, como o aquecimento global. Este texto procura compreender a dinâmica do avanço da fronteira agrícola capitalista no âmbito regional e nacional, com fluxos de capitais (comércio) e pessoas em um contexto de grande investimento na produção de produtos primários para o mercado asiático (China) e de importância crescente das economias emergentes nas relações internacionais. Nesse contexto histórico, questiona-se o papel do Estado brasileiro, fator determinante, na concessão e liberação para que a iniciativa privada possa ampliar os domínios na periferia do capitalismo central.

## **Amazônia Meridional: O Grande Desafio Ambiental**

“Compreendemos desenvolvimento sustentável como sendo socialmente justo, economicamente inclusivo e ambientalmente responsável. Se não for assim não é sustentável. Aliás, também não é desenvolvimento. É apenas um processo exploratório, irresponsável e ganancioso, que atende a uma minoria poderosa, rica e politicamente influente.” (Enrique Leff, 2005)

Porto Gonçalves afirma que nenhuma sociedade escapa da natureza e, por isso, é preciso tomar providências para que as gerações futuras possam desfrutar de sua riqueza. O autor trata o assunto mais do que como uma crítica ao capitalismo, mas como um valor fundamental da humanidade. Exatamente por isso nos alinhamos entre aqueles que buscam superar o capitalismo, na medida, que ele coloca a humanidade e o planeta em risco, explica o pesquisador. Nesta linha de reflexão e com base numa concepção integradora, vários autores optam por focalizar a nova des-ordem mundial a partir de suas múltiplas dimensões como a econômica, política, cultural e ambiental, concluindo com uma proposta de regionalização do espaço mundial contemporâneo. Tudo isto sob o indispensável diálogo interdisciplinar entre história e Geografia, pois, tal como afirmava o geógrafo e anarquista Élisee Reclus, "a Geografia não é outra coisa senão a História no espaço, assim como a História é a Geografia no tempo"<sup>2</sup>.

Estes pesquisadores abordam o movimento ecológico com enfoque histórico-cultural, visto como produto da relação entre natureza e sociedade. Procuram também fundamentar o movimento de caráter político-cultural, demonstrando que cada povo constrói seu próprio conceito de natureza ao mesmo tempo em que institui as suas relações sociais. A devastação ambiental e suas consequências para a humanidade vêm sendo amplamente estudadas por ambientalistas e por todos aqueles interessados na preservação do planeta.

Porto Gonçalves discute também a natureza do processo de globalização e as contradições que ele gera no campo ambiental<sup>3</sup>. Afirma que devemos acabar com mitos sobre a realidade regional para dar o devido destaque aos protagonistas que se empenham em promover o desenvolvimento daquela região. A Amazônia não é nem pulmão do mundo, intocável natureza, nem relíquia que desperta a cobiça das potências externas; a Amazônia é heterogênea, contraditória, desigual. Mais do que "Amazônia", são "amazônias" que precisam ser estudadas e pesquisadas para serem compreendidas.

---

<sup>2</sup> RECLUS. APUD: PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. A nova des-ordem mundial. São Paulo: Editora da UNESP. 2006.

<sup>3</sup> PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. A nova des-ordem mundial. São Paulo: Editora da UNESP. 2006.

É relevante pensarmos o contexto histórico e as relações existentes entre o período da globalização neoliberal e o meio ambiente, neste momento em que a degradação da natureza chega a níveis alarmantes. Os neoliberais anseiam naturalizar a globalização. O sistema técnico criado pelo homem traz, entre uma de suas contradições, a problemática ambiental, visto que a técnica não é capaz de solucionar os problemas por ela gerados. Existem dois projetos de globalização vigentes, um das elites e outro dos grupos excluídos. (o projeto da Agricultura comercial para fins de exportação, o Agrobussines e o da Agricultura Familiar e/ou Agroecologia, para a alimentação do País). Luiz Marques, historiador da Unicamp afirma que a insustentabilidade político-ambiental é uma característica do sistema capitalista. A partir da década de 1970, a globalização neoliberal emerge com vigor, o que interfere na questão ambiental, já que este é o período de maior destruição da natureza. Termos como progresso e desenvolvimento representam a dominação da natureza no modo de produção capitalista. O desenvolvimento sustentável possui um viés marcadamente ideológico, pois no atual modelo de desenvolvimento, os desastres naturais de vasto porte mostram que há limites na relação sociedade/natureza para o crescimento econômico. A natureza não se regenera sozinha e isto se evidencia nos atuais quadros de escassez de água em algumas regiões como no Sudeste e Nordeste do Brasil. Conforme aponta também Milton Santos em “*A Natureza do Espaço*”, as técnicas são partes das relações dos homens entre si e com a natureza. Para Milton Santos,

[...] o espaço é um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações e é com base nessa ideia e nas noções de técnica e de tempo, de razão e de emoção, que propõe a construção de um sistema de pensamento que busca entender o espaço geográfico. Levando em conta a nova realidade trazida pelo processo de globalização que se instalava à época, o geógrafo Milton Santos buscou auxílio na história, na filosofia, na sociologia e em outras disciplinas humanas e sociais, para propor esta teoria geral do espaço humano<sup>4</sup>.

Todo sistema técnico tem uma intencionalidade, toda técnica possui um uso. O problema não está na técnica em si, mas no uso que se dá a ela. Sob a égide do capitalismo, a técnica visa o aumento da produtividade. Assim, tem-se a técnica como um objeto ‘perfeito’, com uma finalidade prévia.

No atual contexto de dominação da natureza, as relações de poder se dão através da ciência. A técnica se vê atrelada ao poder. As relações técnicas traduzem as relações de poder. Atualmente, a ciência possui um viés mercadológico, havendo

---

4 SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: EDUSP, 4ª edição, 2014, p. 39.

uma privatização do conhecimento científico. Os Estados Nacionais também se encontram subordinados às grandes corporações, neste momento de ápice das multinacionais e transnacionais. Atualmente, a ciência e a técnica servem ao capital para a elevação da produtividade como é o caso da chamada agricultura de precisão. Uma manifestação da presença do mercado na questão ambiental está na difusão da ideia de “desenvolvimento sustentável”. Assim, as políticas ambientais se convertem à lógica econômica e desafiam os fatores que afetam o desmatamento e o uso da terra na região amazônica.

Pesquisadores afirmam que na atualidade, existem três recursos naturais essenciais e estratégicos: a energia, a água e a biodiversidade, sendo que os dois primeiros são fundamentais na exploração de minerais raros. O impacto ambiental do avanço capitalista na Amazônia Meridional atinge áreas enormes e destaque como exemplo o complexo hidrelétrico Teles Pires onde estão sendo construídas quatro usinas e o complexo Tapajós (Sul do Pará) que futuramente poderá representar sérios problemas sócio, ambientais e culturais para o baixo Amazonas.

Com o capitalismo agrícola há a expansão das áreas cultivadas, com intenso uso de adubos e agrotóxicos, o que incide na contaminação dos rios e lençóis freáticos e na redução das espécies, além dos diversos danos causados à saúde dos trabalhadores agrícolas. No contexto brasileiro, a política favorece a agricultura voltada à exportação, como o que ocorre no Cerrado Brasileiro visto que existe a construção de uma ampla rede de transportes designada à expansão da fronteira agrícola e à racionalização do escoamento da produção, como o projeto de construção da FERROGRÃO (Sinop/MT a Miritituba/PA). O cerrado brasileiro apresenta uma elevada importância ambiental para a sociedade. Este bioma abriga as nascentes das três maiores bacias hidrográficas da América do Sul (Amazônica/Tocantins, São Francisco e do Prata). É também considerado um importante ponto de acesso mundial de biodiversidade, e talvez seja a savana mais rica do mundo em diversidade biológica, incluindo muitas espécies endêmicas (MMA, 2016b). Deste modo, a degradação deste bioma pode gerar inúmeros impactos ambientais, sociais e econômicos em várias regiões brasileiras.

A mecanização da produção agrícola e comercial em larga escala, típica do agronegócio, amplia o desemprego agrícola, pois utiliza-se de máquinas e equipamentos com uso da tecnologia de precisão. A Revolução Verde despolitizou o problema da fome, tornando-o algo técnico, com a introdução dos maquinários, agrotóxicos e transgênicos que elevaram a produtividade agrícola. Para a agricultura patronal o problema da terra no Brasil já foi resolvido com a expansão da fronteira agrícola para o Centro-Oeste e Amazônia através dos projetos de colonização a partir da década de 1970 pilotados pelas colonizadoras particulares como foram os Projetos SINOP e Alta Floresta. Seu nome evidencia a ideologia presente na política agrícola e agrária deste País. Diante deste contexto histórico, cabe destacar que o desafio

ambiental deve se voltar também à questão cultural, conferindo importância à manutenção da diversidade cultural, protegendo as comunidades tradicionais, como os grupos indígenas, quilombolas, camponeses, entre outros.

### **Contexto Histórico e Político de Modernização da Amazônia**

Através do PIN (Programa de Integração Nacional), da década de 1970, destinou-se um conjunto de incentivos fiscais e financeiros para região amazônica, a partir da atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO). Desta forma, a região norte de Mato Grosso é um exemplo do uso dos fundos públicos e territoriais e do deslocamento da força de trabalho, principalmente das fronteiras do Paraná para as fronteiras de Mato Grosso, como foi o caso de Sinop e Alta Floresta. Segundo Vitale J. Neto, para o processo de migração e colonização o alvo foi o Sul do Brasil: “Aquela do Brasil foi escolhida como alvo da propaganda, pois ali existia grande número de pessoas que havia realizado acumulação de capital e aquelas áreas, principalmente a do Paraná, estavam supervalorizadas, daí tais colonos terem sido considerados ideais. Eles foram forçados ou induzidos a deslocarem-se para o território mato-grossense, onde se utilizaram da experiência já adquirida para abrir a nova área”<sup>5</sup>.

A ocupação destas terras reuniu diversos e diferentes objetivos, entre eles: a expansão do capital internacional em busca de terras para commodities, os conflitos e disputas por terras, principalmente na região Sul, o que pressionava o governo federal por repostas em nome de uma possível reforma agrária e o desenvolvimento tecnológico a nível das mudanças profundas no solo, nas sementes e no maquinário (no que ficou conhecido como Revolução Verde) e o interesse dos planos geopolíticos de ocupação da terras amazônicas. Octávio Ianni, afirma que ao contrário do que se esperava em termos de políticas públicas de distribuição de terras, ocorreu na verdade uma contra-reforma agrária na Amazônia, com concentração de terras e desvios de dinheiro público. Souza Martins sustenta que a fronteira amazônica foi ocupada com base na expropriação e violência contra o trabalhador naquilo que ele chamou de crise social e humana - encontros e desencontros, a fronteira no seu limite existencial. Já para Ariovaldo U. de Oliveira, esse modelo de ocupação da Amazônia, produziu uma enorme concentração de terras, grilagem, degradação ao meio ambiente e corrupção envolvendo agentes públicos e empresas privadas.

Estes objetivos foram estrategicamente alcançados através de diversos planos estabelecidos pelo governo federal de incentivos, das mudanças tecnológicas que permitiram as terras do cerrado se tornarem atraentes e da propaganda em massa para

---

5 JOANONI NETO, Vitale. *Fronteiras da Crença: Ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970*. Cuiabá: Ed UFMT/Carlini & Caniato Editorial, 2007, p. 78.

atrair colonos. O slogan “integrar para não entregar” fazia parte do Programa de Integração Nacional, que também financiou obras de infraestrutura e aberturas de rodovias federais. Implantando as seguintes rodovias: BR 163, Cuiabá – Santarém, BR 364, Cuiabá – Porto Velho, BR 070, Rio Araguaia – Cuiabá, BR 080 Rio Araguaia – Cachimbo, BR 168, Barra do Garças – São Félix do Araguaia e a BR 174, Cáceres até a Rondônia.

No esforço intelectual de compreendermos a problemática histórica de ocupação da Amazônia no contexto da História contemporânea, valemo-nos das análises de David Harvey, onde destaca as “relações de transformação do espaço técnico-informacional, ao analisar a produção do espaço pelo capital”, contribuindo desta forma, para pensarmos as condições políticas que permitiram a ocupação do território norte mato-grossense. Segundo este autor, “a racionalização geográfica do processo produtivo depende, em parte, da estrutura mutável dos recursos de transporte, das matérias-primas e das demandas do mercado em relação à indústria, e da tendência inerente à aglomeração e à concentração da parte do próprio capital. No entanto, essa tendência exige, para sustentá-la, a inovação tecnológica”<sup>6</sup>.

Durante o período da ditadura militar no Brasil, as políticas e estratégias de desenvolvimento para a Amazônia eram centradas no Estado e amparavam-se numa estratégia de desenvolvimento que se fazia conjugar com a Doutrina de Segurança Nacional e certo ‘nacionalismo’. Em primeira e última instância, cabia ao Estado promover o desenvolvimento da região e protegê-la. Dado que a estratégia era ‘integrar para não entregar’, desenvolver e proteger eram duas faces de uma mesma moeda. Deve-se ressaltar, no entanto, que esse ‘nacionalismo militarista’ não só não impediu como mesmo estimulou através de incentivos da Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) a implantação de projetos estrangeiros, como o Jarí Florestal e Agropecuário “coordenado” pelo milionário estadunidense Daniel Keith Ludwig.

Durante esse período, a Amazônia foi considerada um obstáculo ao ‘projeto de modernização’ do Governo Federal, que se materializava, sobretudo, no domínio da natureza e expulsão - e, às vezes, até em extermínio - de populações camponesas e indígenas de suas localidades (vejam o Relatório Figueiredo recém divulgado).

Elder Andrade afirma que com o aprofundamento das reformas neoliberais nos anos 1990 essa perspectiva é abandonada e as estratégias de desenvolvimento que tinham no Estado seu principal autor são rechaçadas e substituídas pelas estratégias voltadas para o mercado e que têm na descentralização e no fortalecimento da participação da “sociedade civil” um de seus maiores trunfos’. Outro fator que destaca o referido pesquisador é que a partir desse período ocorre a consolidação de um

---

<sup>6</sup> HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. 1ª ed. São Paulo: Annblume. 2005, p.52.

consenso em torno do ‘desenvolvimento sustentável’. Tomando esta bandeira das mãos de movimentos sociais e ambientalistas diversos, o Banco Mundial se apressa em estabelecer um marco conceitual nos termos mais aceitáveis e favoráveis ao capital.

No contexto dessas mudanças de ordem política e econômica para a Amazônia, destacamos o dinamismo do agronegócio no Centro-Oeste que está em grande medida identificado com o avanço da agropecuária para as áreas de fronteira agrícola, como é caso do Norte de Mato Grosso em direção ao Sul do Pará. O processo de ocupação e reocupação das fronteiras não têm sido imunes às controvérsias e às críticas, as quais envolvem os impactos ambientais, econômicos e políticos regionais. Vários pesquisadores (Buainain (2014) e Vieira Filho e Gasques (2016)<sup>7</sup>, enxergam a fronteira como o espaço do latifúndio metamorfoseado, modernizado tecnicamente, mas destruidor do ambiente natural, concentrador da riqueza, produtor de pobreza e exclusão dos pequenos produtores. Nos últimos dez anos, uma nova fronteira agrícola está se abrindo no Brasil, em um território com elevado potencial para exploração econômica, caracterizado por fortes disputas e lutas pela posse da terra, violência, trabalho escravo, investimento estrangeiros, com implicações ecológicas, sociais e econômicas para o desenvolvimento do moderno capitalismo agrário, é a expansão do agronegócio no Norte e Sudoeste de MT e Sul do Pará. Neste contexto, torna-se crucial investigar a dinâmica econômica agropecuária daquela região onde torna-se central para a orientação das decisões dos agentes públicos e privados, para a promoção do desenvolvimento regional e nacional e para subsídios à formulação de políticas públicas mais adequadas à realidade local. A estrutura agrária vigente em 2006 (IBGE), marcada por elevada concentração, é uma característica que facilita a ocupação da fronteira agrícola com base na agropecuária intensiva e de larga escala, nos moldes do padrão dominante em Mato Grosso e Goiás. Neste contexto, cabe repetir a pergunta: terá o novo agronegócio força suficiente para transformar de forma virtuosa a região e liderar um desenvolvimento mais inclusivo do ponto de vista social e ambiental? É importante mencionar que o desenvolvimento normalmente avança com a ocupação dos migrantes e (utilizando-se de atividades predatórias como a madeira, a mineração e agropecuária), sendo assim, a força de trabalho local tem pouca margem para transformar a cultura produtiva. Nesse sentido, a transformação produtiva se dá com a nova ótica gerencial dos donos das terras e migrantes na maioria dos casos vindos de experiências produtivas em regiões já estabelecidas no agronegócio tal como o Sul do país ou do próprio Estado de MT, que capitalizaram com alta produção de soja, milho e algodão. A principal questão é saber em que medida o modelo que aos poucos vai se consolidando na Amazônia Meridional será inclusivo e sustentável, evitando falhas e efeitos negativos registrados ao longo da história de ocupação das fronteiras agrícolas

---

7 BUAINAIN, A. M. et al. O mundo Rural no Brasil do Século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Brasília: Embrapa, 2014.



brasileiras, ou tenderá ao fracasso por não considerar especificidades que caracterizam aquele espaço e sua formação social?

Valendo-nos dos ensinamentos de Elder Andrade de Paula, ao problematizar o desenvolvimento (In)sustentável da Amazônia Ocidental, que vem despertando uma série de debates sobre o modelo de desenvolvimento sustentável e serviu de base para a construção da política ambiental brasileira, seguimos em nossa reflexão sobre a temática em análise<sup>8</sup>. O referido pesquisador ao abordar a questão da Amazônia e o que ele chama de Desenvolvimento insustentável, afirma a necessidade de se buscar outro modelo. "É possível continuarmos com essa lógica que preside a ideologia do desenvolvimento?", Segundo Elder, os impactos gerados pelos grandes empreendimentos nos povos da Amazônia não se beneficiam da exploração madeireira e energética. Crítico do conceito de desenvolvimento sustentável, ele argumenta que o termo "é somente uma forma de tentar dar outra coloração para um processo que não tem solução". ...também se opõe à política de financiamento do BNDES, que fortalece o modelo "de exploração em curso", onde jornais tem divulgado que a 'Amazônia virou motor do desenvolvimento', mas oculta que isto tem intensificado a crise social e a crise ambiental. Portanto, 'dentro dessa lógica de expansão incessante do processo de acumulação do capital em nível local e internacional, não há como contornar os problemas gerados'. Para ele, iniciativas como essas promovem a privatização de tudo que existe nessa região. Hoje, a situação da Amazônia é 'muito mais dramática do que na década de 1970, quando a questão da terra estava posta como elemento essencial na luta de resistência'. Atualmente a luta é contra a mercantilização da natureza e da vida. Andrade afirma ainda que grandes empresas transnacionais operam regionalmente com laranjas, muito associadas ao poder local. 'É possível comparar a situação que acontece no Acre a do Mato Grosso, que foi capturado e dominado pelos interesses do agronegócio'.

Vanessa Fleischfresser<sup>9</sup> em seus estudos sobre a Amazônia destaca a importância que as pessoas conheçam e tenham informações sobre a Amazônia Legal, tais como condições de vida e trabalho nas cidades onde vive a maioria da população, pobreza e exclusão social. No meio rural, são destacados problemas das populações que vivem nas fronteiras de ocupação e convivem com o kit ilegalidade, composto de grilagem, desmatamento, suborno, corrupção, trabalho escravo, sonegação e produção com impacto ambiental, praticado por aventureiros e empresários socialmente irresponsáveis. Desta forma questiona-se as razões da insustentabilidade desse modelo de desenvolvimento.

---

8 PAULA, E. A. de. Desenvolvimento (In)Sustentável na Amazônia Ocidental: dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. EDUFAC. (Séries Dissertações e Teses - 7). Rio Branco, 2005a.; PAULA, E. A. de. Internacionalização da Amazônia sob a Hegemonia Estadunidense. Texto publicado nos Anais do VII Congresso Brasileiro de História Econômica e 7a Conferência Internacional de História de Empresas. Conservatória-RJ. 2005b.

9 FLEISCHFRESSER, Vanessa. Amazônia: Estado e Sociedade. São Paulo: Autores Associados, 2006.

Vários estudos abordam a dinâmica da fronteira agrícola capitalista na Amazônia Meridional, a partir da expansão dos circuitos produtivos do agronegócio (nacional e internacional), e utilizam como estudo de caso a análise do processo de organização do espaço ao longo da BR-163. O pesquisador Eduardo Margarit, investiga estes novos arranjos sócio-espaciais que estão surgindo diante da pavimentação do trecho paraense da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém)<sup>10</sup>. Para ele, a análise dos embates políticos em torno do projeto de pavimentação da BR-163, no contexto do avanço da fronteira agrícola na Amazônia, é de fundamental importância, revelando a constituição de tramas políticas envolvidas com a incorporação de novas terras ao agronegócio. Segundo este estudioso, é na relação existente entre política e território que se situa o recorte teórico e empírico da discussão que desponta como referência para pensarmos a dinâmica recente de expansão da fronteira agrícola capitalista na Amazônia e suas consequências sócio-espaciais e ambientais.

O Prof. Dr. Martin Coy<sup>11</sup>, afirma que a política de desenvolvimento regional aprendeu nos últimos anos com as experiências negativas anteriores e tenta, por conseguinte, uma retomada do processo. Para este pesquisador trata-se de conjugar a proteção do meio ambiente e dos territórios indígenas com o incentivo às iniciativas locais, no intuito de assegurar, dessa maneira, fundamentos vitais para a população regional. Logo, são imprescindíveis, tanto para a preservação dos recursos naturais como para o combate à pobreza na região amazônica, condições de desenvolvimento sustentável nas regiões rurais e urbanas.

Portanto, é necessário um projeto de desenvolvimento para a Amazônia Legal que contemple o crescimento e o desenvolvimento econômico para não reproduzir a desigualdade social e os impactos sócio ambientais na fronteira. E neste sentido, o papel do Estado Brasileiro na formulação de políticas públicas para o desenvolvimento regional é crucial no sentido de preservar o patrimônio natural e cultural na Amazônia.

Luiz Marques afirma que a perspectiva de um colapso ambiental vem sendo evidenciada pelas ciências e pelas humanidades desde os anos 1960. Hoje, ela impõe sua urgência. Esse colapso difere das civilizações passadas por não ser nem local, nem apenas civilizacional. Ele é global e ocorre no nível mais amplo da biosfera, da qual as sociedades humanas dependem existencialmente. Evitar a falência das estruturas de sustentação dos ecossistemas, voltar a “caber” na biosfera, só será possível se desmontarmos a engrenagem socioeconômica expansiva que moldou nossas sociedades desde o século XVI. A sociedade futura será pós-capitalista ou não será uma sociedade complexa, e mesmo talvez, deve-se temer, sociedade alguma.

---

10 MARGARIT, Eduardo. *Fronteira Agrícola na Amazônia: Capitalismo e Circuitos Produtivos*. Curitiba/PR: APPRIS, 2017.

11 COY, Martin. & KOHLHPP, Gerd. *Amazônia Sustentável: desenvolvimento sustentável - entre políticas públicas e estratégias*. Inovadoras. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

Nos livros ‘As Amazônias de Bertha K. Becker’, encontramos resultados das pesquisas de mais de 40 anos da geógrafa sobre aquela região<sup>12</sup>. Becker foi uma referência internacional em Geografia Política, principalmente em estudos sobre a Amazônia, que considerava estratégica para o país. Sua obra propõe um novo modelo de desenvolvimento sustentável para a região: “Produzir para preservar.” Assim, chama a atenção para a necessidade do desenvolvimento social, econômico e tecnológico integrado, protegendo a natureza, a qualidade de vida da população local e a autonomia do Brasil no mundo global. Suas pesquisas tratam das relações entre homem e meio ambiente a partir da perspectiva de diferentes áreas do conhecimento abordando as relações sociedade-meio ambiente, tanto no cenário brasileiro, como no exterior.

### **Considerações finais**

O objetivo deste artigo foi analisar as relações entre sociedade e Meio Ambiente na Amazônia Meridional. Esta reflexão é um passo importante para desenvolvermos um pensamento crítico sobre aquela região do País. Considero que o estudo sobre o avanço da fronteira agrícola numa perspectiva histórica, suas identidades, relacionamentos e linguagens emergentes é muito relevante para as Ciências sociais e Humanas. Analisar as intervenções territoriais do Estado brasileiro e dos agentes do capital na fronteira, as políticas públicas e os grandes ‘projetos de desenvolvimento’, problematizando as contradições do modelo econômico do agronegócio, assim como os conflitos e as resistências que emergem desse processo. Pensá-lo, como expressão das políticas macroeconômicas, bem como das mudanças organizacionais e institucionais numa interface entre História Ambiental, Geografia, Economia e Sociedade. A problemática ambiental tem influenciado cada vez mais a definição das políticas públicas brasileiras voltadas para a questão ambiental, o crescimento econômico e o processo de degradação ambiental daquela região conhecida como ‘arco do desmatamento’, que compreende o Sul do Pará e o Norte de Mato Grosso. Com a expansão das atividades econômicas-governamentais-empresariais (complexos Hidrelétricos Teles Pires e Tapajós) e viabilidade logística de transportes de grãos ao longo da BR-163 (porto de Miritituba-Itaituba/PA) estão sendo desenvolvidas políticas públicas que se utilizam, especificamente, de financiamentos do BNDES e fundos de investimentos internacionais para atender finalidades econômicas agroexportadoras. Afirmamos também que a questão agrária e ambiental na Amazônia Meridional é resultado de processos econômicos e sociais conflitivos pactuados politicamente, não apenas resultado da expansão territorial, mas também parte do processo capitalista de

---

12 BECKER, Bertha K. *Amazônia: Geopolítica na Virada do III Milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. \_\_\_\_\_ . *As Amazônias de Bertha K. Becker*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

ocupação e conflitos entre os diversos setores que disputam o controle do Estado, aparelho privado de hegemonia. Entender as relações entre sociedade, economia e natureza a partir de uma perspectiva interdisciplinar com base nas diversas áreas do conhecimento social e ambiental é o nosso objetivo nesta linha de pesquisa. Os desafios socioambientais contemporâneos nos levam a refletir sobre o capitalismo e seus limites ambientais, tais como a importância de utilização da água como um bem comum, a soberania alimentar, o desenvolvimento e sustentabilidade, fronteiras e mobilidades sociais são importantes para nossos estudos e pesquisas. Neste contexto histórico, há a necessidade de uma reflexão sobre o caos socioambiental em que corremos um risco crescente de naufragar frente à condição histórica de possibilidade das crises ambientais contemporâneas.

Portanto, esta reflexão é resultado das nossas pesquisas e experiências que compartilho com colegas interessados no estudo desta temática, ou seja, desenvolver reflexões críticas sobre a relação sociedade e meio ambiente na Amazônia Meridional. A importância de problematizar a natureza e os grandes projetos do capital na fronteira a partir de novas ações, concepções teórico-metodológicas e observações empíricas do modo como aquela região de conflitos e apropriações estão em disputas no campo simbólico, discursivo e dialético. Roberto Gueudeville<sup>13</sup>, afirma que as consequências da tradição filosófica-ocidental interpretou o homem como algo dissociado da natureza, com possibilidades de dominá-la ao infinito. Ao longo da modernidade, com o avanço da sociedade urbana e industrial, tal processo de distanciamento e dominação não apenas se intensificou, como acabou por gerar quase uma ruptura completa no pensamento, convencendo dividir e mesmo e opor a realidade em sociedade x natureza. Esta cisão acarretou também uma fratura no imaginário coletivo - a ideologia do progresso linear e finalista preconizou não apenas o domínio da natureza, mas um longo esquecimento, pois somos consequência da natureza e dela interdependemos. Esse esquecimento, junto com aquele dos saberes tradicionais, do saber da arte, da religião, do mito trouxeram consequências drásticas que resultam nos problemas sócio-ambientais que vivemos no final do séc. XX e início do séc. XXI. O esquecimento e a negligência de todos esses elementos em favor de uma racionalidade técnica e científica, nos colocou diante de um grave fato- o que parecia infinito, apresenta, então, seus limites - a capacidade de esgotamento dos recursos e para agravar, contrasta com esse fato- a exacerbação da sociedade de consumo. O prazer de consumir esgota-se no seu ato, individualmente, o sujeito não se atém as suas necessidades e imerge na felicidade efêmera de adquirir cada vez mais, a própria palavra consumir significa esgotar até o fim, aniquilar, exaurir. A natureza da qual fazemos parte, como uma grande realidade ontológica, entrou em declínio reduzindo-se a recursos, mercadorias e a formas

---

13 GUEUDEVILLE, Roberto. Amazônia: Um novo País. Curitiba/PR: APPRIS, 2016.

disciplinadas e utilitárias, redutos que se tornaram até mesmo patrimônio - convertendo-se, desta forma, de algum modo em cultura. É preciso, portanto, reinterpretar nossas relações, reencontrar natureza e cultura. Paradoxalmente, no ápice da modernidade observa-se um ponto de inflexão- quando só resta a cultura, a dissociação entre sociedade e natureza perde completamente o sentido, como aponta Leite (1993).

A condição humana traz desafios para pensarmos o desenvolvimento e nos leva a refletir também sobre o papel das cidades de fronteira como Sinop, Alta Floresta e Guarantã do Norte em MT, assim como Novo Progresso (PA) de que forma estas se articulam ao desenvolvimento regional de forma não predatória, nos quais a meta é produzir para conservar. O debate sobre como a pesquisa pode contribuir para a sustentabilidade do manejo de recursos naturais é crucial para os tempos atuais.

Nesta perspectiva, o que chamamos natureza tornou-se um símbolo polissêmico. No mundo urbano que se estende no contemporâneo, por exemplo, o ambiente construído direciona o olhar dos habitantes, a natureza aparece como um elemento invisível ou é vista apenas pelas frestas. As tendências metodológicas pós-modernas consistem num esforço teórico de superar esta dualidade. Roberto afirma ainda que a “busca por ultrapassar a visão descartiana do mundo vai além de uma mensuração da natureza, mas busca sob novos paradigmas colocar perguntas e respostas epistemológicas para o que se tem denominado sociedade x natureza. A natureza detém a cultura, a cultura funde-se a natureza. Refletir sobre natureza-cultura como um processo dialético e crítico é um desafio necessário que envolve e compromete diferentes campos do conhecimento e na tentativa de refletir a partir de diversas experiências e também de forma teórica esta questão. O conceito de natureza, de acordo com Norbert Elias, foi fortemente determinado pela forma e pela significação que as ciências da natureza lhe conferiram<sup>14</sup>. Tais ciências direcionaram o seu foco a um recorte limitado do universo, deixando a margem dimensões propriamente humanas de integração, como se essa dimensão não pertencesse à natureza. Desse modo, Norbert Elias afirma que o saber acadêmico, por sua especialização, sugere que o universo é cindido em natureza e sociedade ou ainda em natureza e cultura”.

Porto Gonçalves afirma ainda que a Amazônia é uma região que nos oferece a possibilidade de uma análise crítica, de caminhos que superem a encruzilhada que o padrão de poder e de saber fundado na ideia de dominação da natureza • (Francis Bacon) que nos conduziu ao colapso ambiental que hoje vivemos<sup>15</sup>. E não só pelas funções que o metabolismo específico da região cumpre no metabolismo do planeta como um todo, mas também pelas múltiplas matrizes de conhecimento que seus povos/etnias/nacionalidades comportam e ativam e que nos oferecem referências para

---

14 ELIAS, Norbert. *A Política e a História*. São Paulo: Perspectiva, 2010.

15 PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. *Amazônia: Encruzilhada Civilizatória. Tensões Territoriais em Curso*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

uma relação de convivência, e não de dominação, com as condições materiais da vida (terra-água-sol-vida) (...) E não se trata de retórica apocalítica, comum ao mundo das ONGs que vive das ameaças que propaga, mas de uma análise que se funda não só em rigorosa análise científica, mas também no diálogo de saberes com outras matrizes de racionalidade que nos oferecem outras perspectivas de conhecimento. Quero destacar também a importância destes estudos sobre os impactos sociais e ambientais do agronegócio na Amazônia Meridional, a apropriação de terras e a Financeirização da Natureza. Ou seja, a Terra como um Bem Financeiro, o envolvimento de Fundos de Pensão Internacionais comprando empresas onde operam por meio de complexas redes de investimentos. Esses Agentes financeiros (como bancos, empresas de corretagem, seguradoras, fundos de pensão, fundos de investimento, agências de investimento e fundos de capital de risco), estão, cada vez mais, vendo a terra como uma boa opção de investimento. Canalizam seus fundos para a compra de terras e para atividades relativas ao uso da terra, de forma a diversificar seus investimentos, aumentar os lucros e diminuir os riscos. Este assunto será tema do próximo artigo, onde estarei abordando a pesquisa de campo que estou fazendo com entrevistas, relatórios e mapas desta 'nova' expansão do agronegócio na fronteira amazônica.

Nesta direção, o diálogo entre pesquisadores das ciências naturais e humanas é necessário para avançar nessa área do conhecimento, e a manutenção de serviços ambientais implica em relacionar resultados com políticas regionais e internacionais. Neste sentido, numa proposta inovadora, comprovando que o debate que enseja continua atual e necessário, apresentando resultados de pesquisas interdisciplinares e, além de demonstrar caminhos para se enfrentar desafios metodológicos que estimulam a formulação de novas perguntas em ambiente e sociedade, o que é uma contribuição para o avanço do conhecimento nessa área. A busca pela sustentabilidade na Amazônia demanda conhecimento na interface das ciências sociais, políticas e econômicas, bem como relacioná-las com políticas locais, regionais e internacionais. Assim devemos estabelecer diálogo entre diferentes autores e contribuir para a análise do que sabemos e do que não sabemos sobre a interação entre ser humano e o meio ambiente.

Recebido em 05 de outubro de 2018.

Aprovado em 10 de dezembro de 2018.